



CÂMARA MUNICIPAL DE
MARATAÍZES

Av. Gov. Francisco Lacerda de Aguiar, 113
Centro – Marataízes/ES
CEP. 29345-000
Fone: +55 28 3532-3413
e-mail: ouvidoria@cmmarataizes.es.gov.br

PROJETO DE LEI Nº /2023

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A APROFAPEOL-SUL – ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FAMILIARES DE PEIXES ORNAMENTAIS DO LITORAL SUL CAPIXABA.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARATAÍZES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 150, III do Regimento Interno desta Casa, e artigo 62, I “a” da Lei Orgânica do Município de Marataízes, aprova e o Executivo Sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - Esta Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a **APROFAPEOL-SUL – Associação de Produtores Familiares de Peixes Ornamentais do Litoral Sul Capixaba**, inscrita no CNPJ sob o nº 46.402.825/0001-33, com sede na Rua Vicente Celestino, nº 19, Santa Tereza, Marataízes/ES.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Marataízes/ES, 04 de dezembro de 2023.

LUIZ CARLOS SILVA
ALMEIDA:02464955701

Assinado de forma digital por LUIZ
CARLOS SILVA
ALMEIDA:02464955701
Dados: 2023.12.04 15:58:30 -03'00'

LUIZ CARLOS SILVA ALMEIDA

VEREADOR



Autenticar documento em <https://marataizes.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 310033003300360031003A005000, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira
- ICP-Brasil.

CONTROLADORIA

PRODUÇÃO LEGISLATIVA





CÂMARA MUNICIPAL DE
MARATAÍZES

Av. Gov. Francisco Lacerda de Aguiar, 113
Centro – Marataízes/ES
CEP. 29345-000
Fone: +55 28 3532-3413
e-mail: ouvidoria@cmmarataizes.es.gov.br

JUSTIFICATIVA

A APROFAPEOL-SUL – Associação de Produtores Familiares de Peixes Ornamentais do Litoral Sul Capixaba, é uma instituição privada, de caráter representativo sem fins lucrativos, fundada nesta cidade de Marataízes em 02 de março de 2021, e desde então, vem fortalecendo a organização social, econômica e política dos criadores de peixes ornamentais filiados, bem como, contribuindo com as atividades de pesquisas, extensão e defesa da atividade piscicultura. Assim, considerando a relevância dos trabalhos sociais desenvolvidos em nosso município e em favor de nossa gente, de forma direta e indireta, pela APROFAPEOL-SUL, apresento o presente Projeto de Lei, na expectativa de contar com o reconhecimento e apoio dos demais Edis, membros desta Casa de leis.



Autenticar documento em <https://marataizes.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 310033003300360031003A005000, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira
- ICP-Brasil.

CONTROLADORIA

PRODUÇÃO LEGISLATIVA



APROFAPEOL- SUL

ESTATUTO DA
ASSOCIAÇÃO DE
PRODUTORES
FAMILIARES DE PEIXES
ORNAMENTAIS DO
LITORAL SUL
CAPIXABA
APROFAPEOL-SUL

Associação de Produtores Familiares de Peixes Ornamentais do Litoral Sul/Capixaba - APROFAPEOL-SUL



Autenticar documento em <https://marataizes.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 310033003300360031003A005000; Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira
- ICP-Brasil.



APROFAPEOL- SUL

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FAMILIARES DE PEIXES ORNAMENTAIS DO LITORAL SUL CAPIXABA (MARATAÍZES, PRESIDENTE KENNEDY, ITAPEMIRIM E PIÚMA)



CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, DURAÇÃO e FINALIDADES.

Art. 1º. A Associação de Produtores Familiares de Peixes Ornamentais Litoral Sul Capixaba: APROFAPEOL-SUL, fundada em: 02 de março de 2021, sociedade civil com sede e foro no município de Maratáizes, Estado do Espírito Santo, à Rua Vicente Celestino, nº 19, Bairro Santa Teresa, CEP 29.345-000, a qual poderá, mediante proposta da diretoria e aprovação da Assembleia Geral pelo mínimo de 2/3 dos votos dos presentes, ser transferida para outro local dentro do Município de Maratáizes.

§1º. O Prazo de duração da APROFAPEOL-SUL é indeterminado, cujo Ano Social compreende o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro, considerada pessoa jurídica de direito privado, cuja constituição e organização serão regidas pelo presente Estatuto, bem como pelo regimento interno posteriormente estabelecido, sem prejuízo às normas do Código Civil Brasileiro e pelas normas que forem aplicáveis.

§2º. A APROFAPEOL-SUL não terá fins lucrativos ou econômicos e não distribuirá resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto, aplicando seus recursos e eventuais resultados operacionais na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos institucionais.

§3º. Os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal não receberão qualquer remuneração da APROFAPEOL-SUL pelo exercício específico de suas atribuições, respeitando ainda o estabelecido no parágrafo anterior.

Art. 2. A APROFAPEOL-SUL tem os seguintes objetivos:

- a) Fortalecer a organização social, econômica e política dos criadores de peixes ornamentais, filiados;
- b) Contribuir com as atividades de pesquisas, extensão e defesa da atividade piscicultura, bem como, do seguimento associativista e cooperativista;
- c) Racionalizar as atividades econômicas, desenvolvendo formas de cooperação que ajudem na produção e comercialização da produção;
- d) Pleitear junto aos órgãos governamentais e não governamentais o seu reconhecimento como categoria jurídica;
- e) Reivindicar das diversas esferas de governo políticas que promovam o incentivo e garantam a viabilidade da produção de peixes ornamentais;
- f) Representar e pleitear junto a órgãos públicos Municipal, Estadual e Federal, bem como perante a organismos e organizações civis e entidades privadas nacionais ou internacionais, no Brasil ou no exterior, financiamentos para desenvolver projetos pela Associação;

Saulo Durval Silva
OAB/ES nº 21.992

Associação de Produtores Familiares de Peixes Ornamentais do Litoral Sul Capixaba – APROFAPEOL-SUL



Autenticar documento em <https://marataizes.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 310033003300360031003A005000; Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira
- ICP-Brasil.



APROFAPEOL- SUL



- g) Propiciar aos associados, capacitação dos níveis de organização, produção e comercialização;
- h) Contribuir para a preservação do meio ambiente, flora e fauna, e implantar o reflorestamento com plantas nativas e/ou frutíferas, nas encostas hídricas;
- i) Participar de todos os Conselhos de decisões das políticas públicas que digam respeito aos objetivos, finalidades e interesses da Associação;
- j) Identificar oportunidades e incentivar parcerias entre o setor privado e os órgãos governamentais para o fomento à cadeia produtiva do agronegócio familiar;
- k) Celebrar convênios, parcerias, acordos de cooperação técnica com pessoas jurídicas de direito público ou privado, sejam de natureza científica, acadêmica, educacional, econômica, ambiental, social, financeira e/ou filantrópica que desenvolvam estudos e pesquisas de interesse da APROFAPEOL-SUL.

CAPÍTULO II DOS ASSOCIADOS

SEÇÃO I DO QUADRO ASSOCIATIVO

Art. 3. Poderão integrar a ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FAMILIARES DE PEIXES ORNAMENTAIS DO LITORAL SUL CAPIXABA, em número limitado, pessoas físicas e jurídicas que:

- a) Estejam em plena atividade na produção de peixes ornamentais ou em fase de iniciação no setor;
- b) Estejam dispostos a produzir sob coordenação técnica da ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FAMILIARES DE PEIXES ORNAMENTAIS LITORAL SUL CAPIXABA;
- c) Aceitem como condição de participação na ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FAMILIARES DE PEIXES ORNAMENTAIS LITORAL SUL CAPIXABA a obrigação de produzir apenas as espécies que forem indicadas pela coordenação técnica da associação, tendo em vista que o objetivo da associação é de promover complementaridade de produção entre os membros e não competição entre os mesmos.;
- d) Aceitem receber visitas, agendadas ou não, dos órgãos administrativos e técnicos da associação, em suas propriedades e instalações de produção, a fim de acompanhamento técnico ou fiscalizatório;
- e) Se comprometam a comunicar ao Diretor Comercial a relação e a quantidade de peixes disponíveis para comércio semanalmente.
- f) Possuir idade mínima de 18 (dezoito) anos e ter residência fixa nos municípios abrangentes da associação.

§1º. O número máximo de associados será definido mediante plano organizacional da Diretoria Executiva, não podendo ser inferior a 10 (dez) membros.

Santhia Duarte da Silva
VOTO
OAB/ES nº 21.992



APROFAPEOL- SUL



§2º. O ingresso de um novo associado será feito mediante requerimento encaminhado à Diretoria Executiva da Associação e aprovado segundo os critérios da mesma.

Art. 4º. Os associados não responderão solidária ou subsidiariamente pelas obrigações ou encargos sociais da APROFAPEOL-SUL.

SEÇÃO II DOS DIREITOS, DEVERES E RESPONSABILIDADES.

Art. 5º. São direitos dos sócios:

- a) Participar de todas as Assembleias Gerais, tendo o direito de votar e ser votado em qualquer processo decisório;
- b) Solicitar dos organismos administrativos, informações sobre as atividades da Associação;
- c) Participar de todas as atividades da Associação;
- d) Desligar-se da Associação quando lhe convier, mediante ofício solicitando o desligamento;
- e) Convocar a Assembleia Geral e fazer-se nela representar, nos termos e condições previstas neste estatuto.

Art. 6º. São deveres dos sócios:

- a) Participar de todas as reuniões que forem convocados;
- b) Contribuir mensalmente até o dia 30 (trinta) de cada mês, sendo o valor e a forma de adimplemento estabelecidos pela diretoria Executiva e aprovado pela Assembleia Geral;
- c) Cumprir as normas do presente Estatuto e suas disposições Legais;
- d) Prestar à Associação informações de que venha necessitar para o bom funcionamento de suas atividades;
- e) Zelar pelo bom funcionamento e pelo patrimônio da Associação;
- f) Receber com cordialidade as visitas técnicas e fiscalizatórias promovidas pela Associação;
- g) Cooperar para o desenvolvimento e maior prestígio da Associação.
- h) Comunicar à Diretoria Executiva, por escrito, mudança de residência, profissão, estado civil ou quaisquer outras informações necessárias para a atualização do cadastro de associado;
- i) Comunicar à Diretoria Executiva qualquer transgressão estatutária, regulamentar ou disciplinar que venha a tomar conhecimento;

SEÇÃO III DO DESLIGAMENTO, EXCLUSÃO, SUSPENSÃO E ADVERTÊNCIA.

Art. 7º. Por infrações de quaisquer disposições previstas neste Estatuto ou de suas normas complementares, o associado será passível, de acordo com a gravidade da sua falta, às seguintes penalidades:

- a) Advertência, verbal ou escrita;
- b) Suspensão;
- c) Exclusão;

Paulo Durval de Silva
Diretorado
OAB/ES nº 21 992



APROFAPEOL- SUL



§1º. As penalidades serão aplicadas pela Diretoria Executiva, salvo em caso de aplicação sobre membros Diretores ou membros do Conselho Fiscal, casos em que será atribuição da Assembleia Geral a aplicação da penalidade.

§2º. Deliberando-se pela aplicação de penalidade ao associado, este deverá ser notificado por escrito da decisão.

§3º. Das penas aplicadas ao associado caberá recurso à Assembleia Geral, convocada nos moldes do presente Estatuto, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento da notificação, que não terá efeito suspensivo.

§4º. Em caso de recusa de recebimento da notificação por parte do associado, far-se-á a leitura desta na presença de duas testemunhas, que firmarão o referido documento.

§5º. O recurso será apreciado pela Diretoria Executiva ou, havendo suspeição de um de seus membros, por membro do Conselho Fiscal, e encaminhado o parecer para a Assembleia Geral em sua próxima reunião, na qual o assunto será incluído na ordem do dia para votação em plenário.

§6º. Toda pena aplicada constará da ficha social do punido.

Art. 8º. A exclusão será aplicada ao associado que:

- a) Sofrer condenação, por sentença transitada em julgado, em razão de crime doloso;
- b) Provocar ou participar de adulteração de documentos da Associação;
- c) Prestar falso testemunho em inquéritos promovidos pela Associação;
- d) Praticar atos contra os interesses e patrimônio da APROFAPEOL-SUL, ou que atentem contra o bom conceito da Associação, ou ainda que cause grave prejuízo moral ou material para a APROFAPEOL-SUL.

§1º. A medida estabelecida no *caput* deste artigo será aplicada em reunião expressamente convocada para este fim, sendo garantida a participação do acusado para promoção de sua ampla defesa.

§2º. A exclusão se efetivará se o associado não interpor recurso à decisão da penalidade, no prazo previsto do § 3º deste artigo ou, havendo interposição de recurso, por deliberação de, no mínimo, 3/4 dos presentes na Assembleia Geral convocada especialmente para esse fim, negar-lhe provimento.

§3º. Poderá o associado excluído requerer sua reinserção no quadro associativo, devendo a Diretoria Executiva analisar o caso concreto e, após elaborar o relatório, submetê-lo à Assembleia Geral.

Art. 9º. A advertências ou suspensão serão aplicadas ao associado por infrações às disposições previstas neste Estatuto ou de suas normas complementares, ressalvadas aquelas dispostas no artigo anterior.



Assinado digitalmente por
Santos, Dora L. Silva
CPF nº 21.992.992-99

APROFAPEOL- SUL



§1º. A pena de suspensão não excederá 90 (noventa) dias.

§2º. A reincidência específica é situação agravante de pena podendo, mesmo não sendo caso do estabelecido no artigo 8º deste Estatuto, ser aplicada a pena de exclusão do associado.

Art. 10º. O Desligamento do associado ocorrerá a pedido, por morte da pessoa física, por incapacidade civil não suprida, por deixar de atender aos requisitos exigidos para a sua admissão ou permanência na associação, ou ainda por dissolução da entidade.

§1º. Sanado o vício da ausência de requisitos a que se refere o caput deste artigo, poderá o associado desligado solicitar sua reinserção junto à Diretoria Executiva, que analisará o caso.

§2º. O Associado que que for desligado, a pedido, sem apresentar qualquer justificativa ou pelo simples exercício da vontade, ficará impedido de requerer sua reinserção no quadro associativo pelo prazo de 6 (seis) meses.

Art. 11. Em caso de desligamento ou exclusão, o sócio não terá direito à devolução das contribuições efetuadas.

CAPÍTULO III DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS E DELIBERATIVOS

Art. 12. São órgãos administrativos e deliberativos da Associação:

- a) Assembleia Geral;
- b) Diretoria Executiva;
- c) Conselho Fiscal.

Parágrafo Único: Excetuando a Assembleia Geral, onde todos os associados fazem parte, nos demais órgãos a participação é excludente, isto é, os membros de um órgão não poderão participar simultaneamente de outro.

SEÇÃO I DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 13. A Assembleia Geral é o órgão supremo da Associação e, dentro dos limites legais e deste Estatuto, poderá tomar toda e qualquer decisão de interesse da Associação, inclusive quanto a reforma, no todo ou em parte, do estatuto, e suas deliberações vinculam e obrigam a todos os Associados ainda que ausentes ou discordantes.

Art. 14. A Assembleia Geral é composta por todos os associados e associadas que estejam em pelo gozo dos seus direitos, devendo reunir-se ordinariamente de 6 (seis) em 6 (seis) meses.

Art. 15. A Assembleia Geral, órgão máximo de decisão e deliberação, será constituída pelos integrantes da Diretoria Executiva, pelos Conselheiros Fiscais efetivos e pelos sócios em dia com suas obrigações sociais, com direito a voz e voto.



Assinatura
Saulo Durval Silva
Votado
OAB/ES nº 21.992

APROFAPEOL- SUL



Art. 16. Compete à Assembleia Geral Ordinária, em especial:

- a) Eleger e empossar o Diretor-Presidente e demais membros da Diretoria Executiva
- b) Eleger e empossar os membros do Conselho Fiscal;
- c) Apreciar e votar o relatório, balanço e contas da Diretoria e o parecer do Conselho Fiscal;
- d) Apreciar e votar o plano de trabalho elaborado pela Diretoria Executiva;
- e) Apreciar os membros da Comissão Eleitoral indicados pela Diretoria Executiva;
- f) Votar outros assuntos de interesse da Sociedade incluídos em pauta.

Parágrafo Único: A Assembleia Geral Ordinária, reunir-se-á e deliberará, em primeira convocação, com o quórum mínimo de maioria absoluta dos sócios em dia com as suas obrigações sociais; em segunda convocação, uma hora após, com o quórum mínimo de 1/3 (um terço); por fim, em terceira e última convocação, transcorrida mais de meia hora, com qualquer número de associados presentes.

Art. 17. Compete à Assembleia Geral Extraordinária, em especial:

- a) Deliberar sobre a dissolução da Associação e, neste caso, nomear os liquidantes e votar as respectivas contas;
- b) Decidir sobre mudanças ou reformas no estatuto;
- c) Autorizar a realização de empréstimos e outras obrigações pecuniárias e contribuições de garantias acaso exigidas;
- d) Destituir, em qualquer época, membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, caso seja julgado necessário;
- e) Estabelecer o valor da contribuição mensal dos sócios e fixar as taxas destinadas a cobrir despesas operacionais e outras;
- f) Apreciar e aprovar os regimentos internos que venham a ser elaborados;
- g) Decidir sobre a inclusão e/ou exclusão de sócios.

§ 1º. Nas Assembleias Gerais Extraordinárias, as decisões serão limitadas exclusivamente aos assuntos constantes do edital de convocação, ficando a parte relativa a Assuntos Gerais para o final, quando serão apreciados pedidos de informações, interpelações, denúncias, esclarecimentos, explicações pessoais, pretextos e moções.

§ 2º. Quando ocorrer destituição da Diretoria e/ou Conselho Fiscal da ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FAMILIARES DE PEIXES ORNAMENTAIS DO LITORAL SUL CAPIXABA que possa comprometer a regularidade da administração ou fiscalização da Associação, a Assembleia poderá designar diretores e conselheiros fiscais provisórios até a posse dos novos, cuja eleição se fará no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§ 3º. A Assembleia Geral Extraordinária, nos casos previstos do Art. 17, só poderá se realizar com a presença mínima de 2/3 (dois terços) dos sócios em dia com as suas obrigações sociais, em primeira convocação, ou com a presença de pelo menos 1/3 dos sócios em dia com as suas obrigações sociais nas convocações seguintes.



Ass. Prod. F. Peixes Orn. Litoral Sul
P. Votado
OAB/ES nº 21 992

Cartório / Ofício
7
Fis. 16
ência
votos.

Parágrafo único: havendo empate de votos, caberá àquele que preside a Assembleia o voto de desempate.

Paulo Renato S. Silva
F. VOEADO
OAB/ES nº 21.992

APROFAPEOL- SUL



- a) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, outros regulamentos aprovados, bem como, as deliberações tomadas pela Assembleia Geral;
- b) Estabelecer normas, orientar e controlar todas as atividades e serviços da Associação;
- c) Analisar e aprovar os planos de atividades e respectivos orçamentos, bem como, quaisquer programas próprios de investimentos;
- d) Viabilizar todas as atividades planejadas e votadas pela Assembleia Geral;
- e) Elaborar o plano de trabalho da associação, submetendo-o à apreciação da Assembleia Geral;
- f) Coordenar a execução do Plano de Trabalho aprovado pela Assembleia Geral;
- g) Propor a criação de Grupos de Trabalho ou Departamento para coordenar atividades específicas, quando for o caso;
- h) Propor a Assembleia Geral o Valor da contribuição mensal dos associados;
- i) Apresentar à Assembleia Geral Extraordinária, o relatório e as contas de suas gestões, bem como, o parecer do Conselho Fiscal;
- j) Deliberar sobre a advertência, suspensão, exclusão ou desligamento do associado;
- k) Deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral;
- l) Aplicar os saldos existentes em caderneta de poupança ou em qualquer outra modalidade de transação financeira que finde por proteger os saldos financeiros, conforme determinação da Assembleia;
- m) Indicar o banco ou bancos nos quais deverão ser feitos os depósitos do numerário disponível e fixar o limite máximo que poderá ser mantido em caixa;
- n) Zelar pelo cumprimento das disposições Legais e estatutárias e pelas deliberações tomadas pela Assembleia Geral;
- o) Organizar os serviços administrativos internos;
- p) Aprovar contratos e convênios que devam ser assinados pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Financeiro;
- q) Representar a entidade em cursos, seminários, encontros e eventos diversos;
- r) Manter informadas os associados das ações administrativas e problemas existentes;
- s) Estabelecer o percentual remuneratório a ser repassado para o Centro de Distribuição responsável e escolhido pela diretoria comercial com aprovação em assembleia;
- t) Estabelecer critérios de remuneração para o responsável técnico;
- u) Elaborar mensalmente a tabela de preços dos peixes que serão comercializados;
- v) Analisar os pedidos de Desligamento, inscrição e reinserção dos associados, elaborando o parecer que será apreciado pela Assembleia Geral;
- w) Receber e elaborar o relatório para pedidos de reinserção de associado excluído, submetendo-o à Assembleia Geral;
- x) Nomear a Comissão Eleitoral e submete-la à aprovação da Assembleia Geral.

Art. 24. No início de cada gestão, a Diretoria Executiva deverá elaborar um plano de ação para o período, contendo todas as atividades da Associação, o qual será submetido à apreciação e aprovação da Assembleia Geral.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
Sua. H. Duarte, A. Silva
Votado
OAB/ES nº 21 992



[Handwritten signature]

APROFAPEOL- SUL



Art. 25. A Diretoria se reunirá ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário, devendo lavrar ata, num livro próprio, de todas as decisões tomadas, sendo assinada por todos os presentes.

§1º. A Diretoria considerar-se-á reunida com a participação da maioria absoluta de seus membros, sendo as decisões tomadas por maioria simples de votos.

§2º. As reuniões da Diretoria serão convocadas pelo Diretor-Presidente, ou pela maioria absoluta de seus integrantes.

Art. 26. Compete ao Diretor-Presidente, sem prejuízo das demais atribuições estabelecidas neste Estatuto:

- a) Cumprir e fazer cumprir o Estatuto;
- b) Representar judicial ou extra judicialmente, ativa e passivamente a Associação;
- c) Supervisionar a execução das atividades e projetos que venham a ser aprovados em assembleia;
- d) Garantir o bom funcionamento da Associação, para que esta alcance seus objetivos;
- e) Prestar contas, à Assembleia, de todas as atividades econômicas e financeiras da Associação;
- f) Autorizar os pagamentos e verificar frequentemente o saldo de "caixa";
- g) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral;
- h) Supervisionar as atividades da Associação, através de contatos permanentes com o restante dos membros da Diretoria;
- i) Apresentar à Assembleia Geral o relatório e os balanços anuais, com o parecer do Conselho Fiscal;
- j) Assinar Atas e outros documentos da Associação;
- k) Examinar e assinar, juntamente com o Tesoureiro, cheque, movimento de contas bancárias, balancetes e outros documentos de igual natureza, emitidos pela Associação;
- l) Proteger o patrimônio da Associação;
- m) Alienar, mediante prévia autorização da Assembleia Geral, os bens obsoletos ou sem utilidades para a comunidade;
- n) Receber e apresentar proposta de inscrição de sócios à Assembleia Geral;
- o) Assinar convênios com quaisquer Entidades a fim de conseguir benefícios para a Associação;
- p) Rubricar todos os livros administrativos;
- q) Organizar os trabalhos da Diretoria Executiva, criando comissões para análise e elaboração de relatórios de processos internos, sempre que necessário;
- r) Outras atribuições que venham a serem estabelecidas no regimento interno.

Art. 27. Compete ao Secretário:

- a) Lavrar ou mandar lavrar as Atas das reuniões da Diretoria e da Assembleia, mantendo sob sua responsabilidade os respectivos livros;

Saulo Duarte Silva
Advogado
OAB/ES nº 21.992



APROFAPEOL- SUL



- b) Elaborar, enviar e guardar, as correspondências, relatórios, e outros documentos da Associação;
- c) Fazer a inscrição dos novos Associados a serem filiados;
- d) Organizar e dirigir todos os assuntos da secretaria da Associação;
- e) Organizar os arquivos, mantendo-os sob sua guarda;
- f) Apresentar nas Assembleias Gerais as Atas das Assembleias anteriores para serem aprovadas e assinadas pelos delegados presentes;
- g) Convocar os associados para as reuniões das Assembleias Gerais;
- h) Zelar pelos livros da Associação;
- i) Assinar juntamente com o presidente, títulos e certidões;
- j) Providenciar tudo o que diz respeito à burocracia da entidade;
- k) Outras atribuições que venham a serem estabelecidas no regimento interno da Associação ou Ata de reunião da diretoria

Art. 28. Compete ao Diretor Financeiro:

- a) Arrecadar as receitas e depositar o numerário disponível, no banco designado pela Diretoria;
- b) Arrecadar as mensalidades das associações filiadas e dar o encaminhamento definido em reunião;
- c) Responder pela guarda dos valores e títulos da Associação;
- d) Elaborar e apresentar balancetes financeiros mensais e anuais da Associação e submeter à apreciação da Assembleia Geral;
- e) Prestar contas e informações, sempre que necessário, à Assembleia Geral;
- f) Juntamente com o Presidente, assinar cheques, abrir contas bancárias, realizar empréstimos e outras operações financeiras em nome da Associação;
- g) Efetuar pagamentos, através de cheques bancários ou moedas correntes, que forem autorizados pelo Diretor-Presidente;
- h) Proceder (fazer) ou mandar proceder a escrituração do livro auxiliar de caixa, dando seu visto e mantendo-o sob responsabilidade;
- i) Zelar pelo recolhimento das obrigações fiscais, tributárias, previdenciárias e outras, devidas ou da responsabilidade da Associação;
- j) Assinar, com o Presidente, os balancetes, balanços, contratos de empréstimos, documentos de receitas e despesas;
- k) Zelar para que a administração das finanças e a contabilidade da Associação seja mantida em ordem e em dia;
- l) Outras atribuições que vierem e serem estabelecidas no regimento interno ou Ata de reunião da diretoria

Art. 29. Compete ao Diretor Comercial:

- a) Definir com a Diretoria como será a comercialização, distribuição e entrega dos peixes produzidos pelos associados;

Associação de Produtores Familiares de Peixes Ornamentais do Litoral Sul Catarinense - APROFAPEOL-Sul



Autenticar documento em <https://marataizes.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 310033003300360031003A005000. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Luiz A. Duran Jr. Silva
Delegado
OAB/ES nº 21.992

APROFAPEOL- SUL



- b) Criar a carteira de clientes da ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FAMILIARES DE PEIXES ORNAMENTAIS LITORAL SUL CAPIXABA e todos os contatos comerciais, a qual pertencerá exclusivamente a associação;
- c) Verificar junto ao Centro de Distribuição escolhido pela associação como será o manejo, embalagem, logística de entrega, recebimento de pagamentos de vendas, bem como a realização do pagamento referente a cada associado de acordo com sua entrega;
- d) Solicitar aos produtores familiares associados, a relação e a quantidade dos peixes para comercialização, com antecedência de 3 (três) dias;
- e) Respeitar a tabela de preços fornecida pela Diretoria;
- f) Outras atribuições que vierem e serem estabelecidas no regimento interno ou Ata de reunião da diretoria.

Art. 30. Compete ao Diretor Técnico:

- a) Especificar as espécies e ou variedades a serem produzidas por cada associado;
- b) Promover capacitações para os associados referente ao manejo correto das espécies e ou variedades a serem produzidas pelos mesmos;
- c) Promover capacitação do Associado no controle de doenças e predadores;
- d) Fiscalizar os associados na condução de cada piscicultura de acordo com as normas da associação;
- e) Visitar periodicamente os produtores associados mediante necessidade, ou não, do associado;
- f) Promover capacitação para o produtor na separação e embalo de peixes.

SEÇÃO III DO CONSELHO FISCAL

Art. 31. O Conselho Fiscal será composto por 3 membros efetivos e 1 suplente, eleitos em eleição direta pela Assembleia Geral para um mandato de 02(dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Único: A eleição para os membros do Conselho Fiscal, será na mesma data da eleição da Diretoria, devendo correr em chapas separadas.

Art. 32. As reuniões do Conselho Fiscal só poderão ser realizadas com a presença da maioria absoluta de seus membros, sendo as decisões tomadas por maioria simples de votos.

Parágrafo único: Em cada reunião deverá se fazer a Ata, indicando as resoluções tomadas. A Ata deverá ser assinada por todos os presentes;

Art. 33. Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Fiscalizar todas as atividades da Associação, examinando todos os documentos que julgar necessário;
- b) Examinar e aprovar os balancetes mensais e emitir parecer sobre o balancete e relatório anual;



Handwritten signatures and stamps, including "VOTADO" and "DIAS 21 2022".

APROFAPEOL- SUL



- c) Propor medidas para melhorar a situação financeira da Associação;
- d) Fazer relatório quando ocorrer imperícia nos documentos avaliados, encaminhando-os ao presidente;
- e) Apreçar o plano orçamentário anual e fornecer a Assembleia Geral;
- f) Opinar sobre despesas extraordinárias, aquisições, vendas de bens móveis e imóveis da Associação.

CAPÍTULO IV DAS ELEIÇÕES

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 34. As eleições para renovação da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, ocorrerão a cada 02 anos, em Assembleia Eleitoral especificamente convocada para este fim, devendo a mesma ser realizada com antecedência de, no máximo, 90 (noventa) dias e, no mínimo, de 30 (trinta) dias antes do término do mandato da gestão vigente.

Art. 35. A Assembleia Geral Ordinária de eleição deverá ser devidamente convocada pela Comissão Eleitoral, com uma antecedência mínima de 30 dias e máxima de 90 dias de sua realização, através de edital fixado na sede da entidade e nos lugares públicos mais frequentados pelos sócios, especificando a natureza das eleições, o local, dia e hora da realização da mesma.

Art. 36. A Eleição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal obedecerá aos seguintes procedimentos:

- a) As chapas dos candidatos deverão protocolizar pedido de registro junto à Comissão Eleitoral com, no mínimo 9 (nove) associados com direito a voto;
- b) O protocolo de registro deverá ser feito com antecedência mínima de 15 dias ao pleito, sob pena de indeferimento da inscrição;
- c) É vedada a candidatura de associado que, durante o período do mandato vigente não compareceu a, no mínimo, 2 (duas) Assembleias, sejam Ordinárias ou Extraordinárias, sem apresentar justificativa;
- d) Estarão impedidos votar aqueles que durante a vigência do último mandato não compareceram a no mínimo 2 (duas) Assembleias, sejam Ordinárias ou Extraordinárias, sem apresentar justificativa;
- e) A propaganda eleitoral poderá ter início logo após a inscrição da chapa, não podendo estender-se às últimas 24 (vinte e quatro) horas que antecedem o pleito.

Art. 37. As impugnações contra o registro de candidatura poderão ser apresentadas até 7 (sete) dias antes da eleição.

§1º. As impugnações contra o registro de candidatura serão julgadas pela Comissão Eleitoral, elegendo-se entre seus membros o relator do processo

[Handwritten signature]
Advogado
OAB/ES nº 21 992



[Handwritten signature]

APROFAPEOL- SUL



§2º. O relator do processo de impugnação fará o relatório e emitirá seu voto. Este deverá ser apreciado pelos demais membros da Comissão Eleitoral que, cada um por si, emitirão seus votos

§3º. Os julgamentos das impugnações deverão ser realizados até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia Eleitoral.

§4º. Sendo cassada a candidatura, a chapa terá até as 24 (vinte e quatro) horas antes da Assembleia Eleitoral para apresentar substituto.

§4º. Da decisão da impugnação pela Comissão Eleitoral caberá recurso à Assembleia Geral Eleitoral até 24 (vinte e quatro) horas que a antecedem, que julgará como matéria preliminar.

§5º. Poderão os interessados no resultado do recurso requerer sustentação oral, que deverá ser analisado pela Comissão Eleitoral e, caso seja deferido, será estabelecido o tempo regulamentar.

Art. 38. A Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal serão eleitos pela maioria simples dos associados presentes na Assembleia Geral Ordinária de Eleição, através do sufrágio universal, direto e secreto, em eleição por chapa, para um mandato de dois (02) anos.

§1º. Só poderão integrar as chapas concorrentes ao pleito eleitoral como candidatos os associados que estiverem em dia com as suas contribuições mensais e demais obrigações sociais, e tenham, no mínimo, 6 (seis) meses de filiação à Associação.

§2º. cada candidato poderá concorrer exclusivamente em uma única chapa, sendo vedada a candidatura autônoma.

§3º. Havendo a inscrição de chapa única, a eleição será feita por aclamação.

Art. 39. São inelegíveis, além das pessoas impedidas por Lei, os condenados por pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime de prevaricação, suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade e os considerados hediondos.

Art. 40. Cada Associado terá direito a um único voto.

§1º. A eleição será válida:

- a) No caso do número de votos coincidir com o número de votantes;
- b) No caso do número de votos ser inferior ou superior ao número de votantes, em razão mínima, e a diferença não ser capaz de influir no resultado do pleito.

§2º. Serão anulados os votos:

- a) Das cédulas não identificadas pela Comissão Eleitoral;
- b) Em cédulas que permitam a identificação do votante;

Associação de Produtores Familiares de Peixes Ornamentais do Litoral Sul Capixaba – APROFAPEOL-Sul



Autenticar documento em <https://marataizes.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 310033003300360031003A005000, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira
- ICP-Brasil.



Handwritten signature
F. VORADO
OAB/ES nº 21.992.



- c) Em cédulas que constem mais de um voto;
- d) Em cédulas cuja marcação seja impossível discriminar o voto.

Art. 41. Em caso de morte, renúncia ou perda do mandato, haverá nova eleição para preenchimento da(s) vaga(s), que será realizada em Assembleia Geral extraordinária, convocada para este fim.

Art. 42. Os membros eleitos para a Diretoria e Conselho Fiscal tomarão posse imediatamente, na mesma Assembleia.

Art. 43. A posse é dada pelo Presidente da Comissão Eleitoral, através de um termo de posse e compromisso assinado pelos eleitos.

SEÇÃO II DA COMISSÃO ELEITORAL

Art. 44. Com a antecedência necessária que atenda ao estabelecido no artigo anterior, não podendo ser inferior a 60 (sessenta) dias antes do término do mandato da gestão vigente, a Diretoria da Associação criará uma Comissão Eleitoral, constituída por cinco associados em pleno gozo dos seus direitos e deveres estatutários que deverão ser aprovados pela Assembleia Geral.

§1º. A Comissão Eleitoral terá a finalidade de:

- a) Elaborar o Edital de Convocação para as eleições;
- b) Proceder o levantamento dos sócios em condições de votar em tempo hábil;
- c) Elaborar as instruções regulamentares do pleito, mediante aprovação da Diretoria Executiva;
- d) Receber as inscrições das chapas que concorrerão e analisar a regularidade destas;
- e) Receber e julgar as impugnações contra a candidatura, bem como os recursos interpostos às suas decisões;
- f) Analisar e julgar os pedidos de sustentação oral em Assembleia Eleitoral, estabelecendo o tempo regulamentar, caso seja deferido;
- g) Elaborar os modelos das cédulas;
- h) Organizar as mesas receptoras e junta apuradora;
- i) Fiscalizar e controlar o processo eleitoral;
- j) Apurar a votação;
- k) Afixar o resultado da eleição.
- l) Dar posse aos eleitos;
- m) dirimir eventuais dúvidas e decidir os casos omissos neste estatuto e em norma regulamentar.

§2º. É vedado aos componentes da Comissão Eleitoral concorrer a qualquer cargo eletivo.

§3º. A Comissão Eleitoral será composta por:

Ass. Paulo A. Silva
F. Votado
OAB/ES nº 21 992



Ass. Paulo A. Silva

15
Fis. 16
MIRANDES-ES

- 

COAB/ES nº 21 992



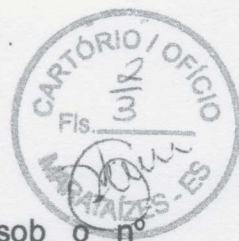
ATA DE FUNDAÇÃO, ELEIÇÃO, POSSE DE DIRETORIA E APROVAÇÃO DO ESTATUTO DA APROFAPEOL-SUL (ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FAMILIARES DE PEIXES ORNAMENTAIS DO LITORAL SUL CAPIXABA)

Aos 2 dias do mês de março de 2021, nesta cidade de Maratáizes, no bairro Jacarandá, na Rua Projetada, S/Nº, na sede da EMEF Anália Queiroz da Silva às 19:00 horas, reuniram-se as pessoas que assinam o livro de presença, com o fim de fundarem a Associação de Produtores Familiares de Peixes Ornamentais do Litoral Sul Capixaba (APROFAPEOL-SUL), conforme Edital de Convocação para Assembleia de Fundação afixado no dia 19 de fevereiro de 2021, nos seguintes locais: Escola Municipal de Ensino Fundamental Anália Queiróz da Silva, Campo de Futebol José Serafim (Jacarandá), Prefeitura Municipal de Maratáizes, Prefeitura Municipal de Itapemirim, Padaria Brejo dos Patos, Unidade de Saúde de Jacarandá, Mini Mercado Max (Capinzal). Dando início aos trabalhos, o Sr. Sergio Paiva pediu aos presentes que indicassem uma pessoa para presidir a Assembleia Geral. Por aclamação foi indicado o Sr. Fabio Carvalho Serafim, que, assumindo, designou a mim, Alef Ribeiro, para secretariar os trabalhos e redigir a ata dos mesmos. Por solicitação do Sr. Presidente, li o edital de convocação publicado, após, por solicitação do Presidente, passei a ler o projeto de estatuto social. Na medida que o mesmo ia sendo lido, o Senhor Presidente colocava, artigo por artigo, em discussão e votação. Ao final, verificou-se que o estatuto social foi aprovado pela maioria dos presentes. Determinou, a seguir, o Sr. Presidente que fossem eleitos os membros do Conselho Fiscal e da Diretoria, sendo apresentada, pelo Sr. Sergio uma chapa que, posta em votação foi aprovada por aclamação de todos os membros presentes. Foram assim eleitos e empossados para um mandato de 2 (dois) anos (conforme estatuto) as seguintes pessoas, como membros do Conselho Fiscal e Diretoria:

Presidente: Fabio Carvalho Serafim, brasileiro, nascido aos 17 de maio de 1982, filho de Pedro José Serafim e Maria da Penha De Carvalho Serafim, divorciado, sem união estável, professor, residente na Rua Projetada, s/nº, na localidade de Jacarandá, Maratáizes, ES, portador do RG1702447, expedido em 13 de janeiro de 2000 pela SSP ES, inscrito no CPF sob o nº 092.895.817-51, email fabiocarvalhoserafim@hotmail.com .

Secretário: Alef do Rozário Ribeiro, brasileiro, nascido aos 13 de Novembro de 1993, filho de Arilton Pereira Ribeiro e Luciana Simões Do Rosário, casado, encarregado de produção, residente na Rua Projetada, s/nº localidade de Capinzal,





Marataízes, ES, portador do RG 33.195.307-5, inscrito no CPF sob o nº 154.900.237-67, não possui endereço de email.

Tesoureiro: Saulo César Pacheco Batista, brasileiro, nascido aos 27 de Janeiro de 1988, filho de Jaciro Marvila Batista e Veronica Pacheco Batista, casado, professor, residente na Rua Projetada, s/nº, no bairro Vila Nova, Itapemirim, ES, portador da CNH 06204501609, emitida em 07 de janeiro de 2019, pelo Departamento Nacional de Trânsito (Detran ES) inscrito no CPF sob o nº 131.707.397-51, email sauloc.batista@gmail.com .

Diretor Técnico: Sérgio João Moreira Paiva, brasileiro, nascido aos 09 de Fevereiro de 1950, filho de Oswaldo Moreira da Silva Paiva e Maria Aparecida de Paiva, separado judicialmente, sem união estável, engenheiro agrônomo, residente na Rua Vicente Celestino nº19 no bairro Santa Tereza, Marataízes, ES, portador da CNH 0304195308, emitida em 12 de maio de 2017, pelo Departamento Nacional de Trânsito (Detran ES), inscrito no CPF sob o nº 168.228.466-20, email sergiojmp32@hotmail.com .

Diretor Comercial: Luiz Roberto Grolla, brasileiro, nascido aos 12 de Setembro de 1971, filho de João Grolla e Amalia Terron Grolla, divorciado, sem união estável, técnico em eletroeletrônica, residente na Rua Projetada, s/nº, na localidade do Gomes, Itapemirim, ES, portador da CNH 00944606663, emitida em 23 de agosto de 2021 pelo Departamento Nacional de Trânsito (Detran ES), inscrito no CPF sob o nº 180.300.458-40, email grollaluig@gmail.com .

Conselho fiscal: Laurivelton Bahiense de Souza Junior, brasileiro, nascido aos 16 de março de 1994, filho de Laurivelton Bahiense de Souza e de Benedita Natalina Benevides de Souza, solteiro, sem união estável, piscicultor, residente na Rua Projetada, s/nº, na localidade de Brejo dos Patos, Marataízes, ES, portador da CNH 05957675703, emitida em 14 de agosto de 2018, pelo Departamento Nacional de Trânsito (Detran ES), inscrito no CPF sob o nº 160.561.997-94, email juniorbahiense@hotmail.com . Fabrício Carvalho Serafim Leal, brasileiro, nascido aos 02 de abril de 1994, filho de Carlos Eduardo Gomes Leal e Maria De Fátima Carvalho Serafim Leal, solteiro, sem união estável, lavrador, residente na Rua Projetada, s/nº, na localidade de Jacarandá, Marataízes, ES, portador do RG 3560199, expedido em 13 de setembro de 2011, pela SSP ES, inscrito no CPF sob o número 161.222.057-61, não possui endereço de email. Max Mauro Ribeiro Brandão, brasileiro, nascido em 26 de Janeiro de 1979, filho de Heraclito Ferreira



Autenticar documento em <https://marataizes.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 310033003300360031003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



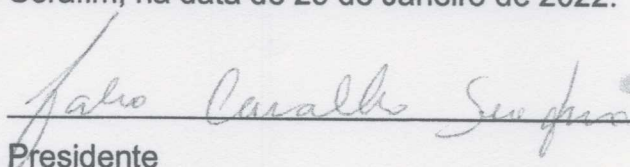


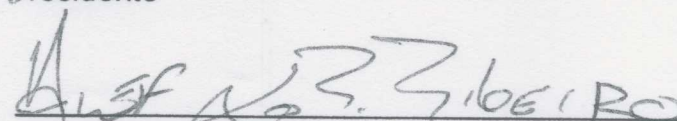
Brandão e Eunice Ribeiro Brandão, divorciado, sem união estável, comerciante, residente na Rua Projetada, s/n° na localidade de Capinzal, Marataízes, ES, portador da CNH 00272343968, emitida em 28 de setembro de 2017, pelo Departamento Nacional de Trânsito (Detran ES), inscrito no CPF sob o número 078.485.517-09, não possui endereço de email.

Suplente do conselho fiscal Sebastião Ribeiro de Carvalho, brasileiro, nascido aos 20 de Janeiro de 1970, filho de José Ribeiro De Carvalho e Corina Maria Ribeiro De Carvalho, divorciado, sem união estável, lavrador, residente na Rua Projetada, s/n°, na localidade de Jacarandá, Marataízes, ES, portador da CNH 01735386380, emitida em 24 de novembro de 2016, pelo Departamento Nacional de Trânsito (Detran ES) inscrito no CPF sob o número 034.628.597-65, não possui endereço de email.

A seguir, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos, congratulando-se pela fundação da associação e agradecendo, em seu nome e no dos demais membros eleitos, suspendeu os trabalhos por quinze (15) minutos, a fim de que fosse redigida a presente ata, após os quais, foi a mesma lida e aprovada pelos presentes, como boa e verdadeira, razão pela qual, juntamente com o (a) Senhor (a) Presidente, a assino.

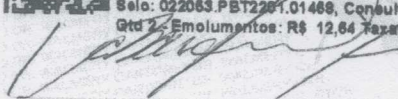
Marataízes 02 de março de 2021. Ata essa extraída do livro próprio por mim, o secretário, Alef Do Rozário Ribeiro e subscrita pelo presidente, Fábio Carvalho Serafim, na data de 25 de Janeiro de 2022.


Presidente


Secretário

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS DA COMARCA DE MARATAÍZES-ES
AVENIDA RUBENS RAMBEL, 1140, BAIRRO CIDADE NOVA, MARATAÍZES-ES. FONE/FAX: (35) 3682-0412. E-mail: cartorio@marataizes.es.gov.br
REGISTRO CIVIL DO NOTÁRIO PÚBLICO WALLACE CARDOSO DA ROCHA

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de FÁBIO CARVALHO SERAFIM, ALEF DO ROZARIO RIBEIRO, e dou fé. Em Teste da verdade. Marataízes -ES, 26 de Janeiro de 2022-11:20:13. Cód.: 00224861-10. Charline de França Motta Erculand-Escritora. Selo: 022063.PBT2201.01468. Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br. Gtd 2. Emolumentos: R\$ 12,64 Taxas: R\$ 3,92 Total: R\$ 16,56.







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS E ANEXOS DA
COMARCA DE MARATAÍZES

Vinicius Ribeiro Cazelli
Oficial Registrador



CERTIDÃO TALÃO N. 822

CERTIFICO e dou fé, que em atenção à solicitação de Fabio Carvalho Serafim, procedi nesta serventia às devidas buscas no banco eletrônico de dados destinado ao **INDICADOR PESSOAL**, a partir da data de 02 de março de 1998 - **DATA DA INSTALAÇÃO** desta Serventia - até a presente data, e **ENCONTREI** registrado sob o número 224 de ordem, do livro A, do **REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS** desta Comarca de Marataízes - ES, na data de 21 de fevereiro de 2022, o estatuto e ata de fundação, da organização civil com a denominação de "**ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FAMILIARES DE PEIXES ORNAMENTAIS LITORAL SUL CAPIXABA - APROFAPEOL-SUL**", com sede na Rua Vicente Celestino, n. 19, Bairro Santa Teresa, em Marataízes-ES, CEP 29.345-000, inscrita no CNPJ n. 46.402.825/0001-33; organização sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado. Conforme a Ata da Fundação, datada de 25/01/2022 e registrada em 21/02/2022, a atual diretoria, com exercício do mandato até 25/01/2024 é composta por: **Presidente** - FABIO CARVALHO SERAFIM - CPF: 092.895.817-51; **Secretário** - ALEF DO ROZARIO RIBEIRO - CPF: 154.900.237-67; **Tesoureiro** - SAULO CEZAR PACHECO BATISTA - CPF: 131.707.397-51; **Diretor Técnico** - SÉRGIO JOÃO MOREIRA PAIVA - CPF: 168.228.466-20; **Diretor Comercial** - LUIZ ROBERTO GROLLA - CPF: 180.300.458-40; **Primeiro Membro - Conselho Fiscal** - LAURIVELTON BAHIANSE DE SOUZA JUNIOR - CPF: 160.561.977-94; **Segundo Membro - Conselho Fiscal** - FABRICIO CARVALHO SERAFIM LEAL - CPF: 161.222.057-61; **Terceiro Membro - Conselho Fiscal** - MAX MAURO RIBEIRO BRANDÃO - CPF: 078.485.517-09; **Suplente - Conselho Fiscal** - SEBASTIÃO RIBEIRO CARVALHO - CPF: 034.628.597-65. O referido é



Autenticar documento em <https://marataizes.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 310033003300360031003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Raimundo Lima, n. 32 - Bairro das Areias, Caixa Postal 10, Barra do Itapemirim - CEP 29.345-000 - Marataízes - ES
Telefone: 28 3532 3736 - Celular 28 9 9907 9938 - End. Eletrônico: cartoriomarataizes@hotmail.com

3350956



MUNICÍPIO DE MARATAÍZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE PESCA E AQUICULTURA- SEMPA

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

ATESTADO

ATESTO, para os devidos fins, que a **Associação de Produtores Familiares de Peixes Ornamentais do Litoral Sul – APROFAPEOL-Sul**, com sede social na Rua Vicente Celestino, 19, Santa Tereza, Maratáizes-ES, está em pleno funcionamento, cumprindo suas finalidades estatutárias e sem fins lucrativos há mais de 2 (dois) anos.

ATESTO, ainda, que a referida associação não remunera os membros de sua diretoria pelo exercício específico de suas funções e não distribui lucros, vantagens ou bonificações a dirigentes, associados ou mantenedores, sob nenhuma forma, destinando a totalidade de suas rendas apuradas ao atendimento gratuito de suas finalidades.

ATESTO, outrossim, que a entidade atende ao público em geral e não apenas e exclusivamente a seus sócios e dependentes, não incorrendo na vedação constante do artigo 2º da Lei nº 2.574, de 4 de dezembro de 1980.

ATESTO, finalmente, a ilibada idoneidade morais seus diretores em exercício, com mandato de 2023 a 2025 na figura de seu presidente Fábio Carvalho Serafim e demais membros do corpo diretor

Maratáizes, 06 de outubro de 2023.

ELIZEU MACHADO ESTEVÃO
Secretário Municipal de Pesca e Aquicultura
SEMPA - PMM

Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura
Av da Agricultura – Cidade Nova, Maratáizes - ES, 29345-000



Autenticar documento em <https://marataizes.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 310033003300360031003A005000, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira
- ICP-Brasil.




APROFAPEOL-SUL

(Associação de Produtores Familiares de Peixes Ornamentais do Litoral Sul Capixaba)

CNPJ - 46402825/0001-33

Eu, Fábio Carvalho Serafim, brasileiro, divorciado, residente na Rua Projetada ,s/nº, portador do CPF nº 092895817-51, na condição de presidente da APROFAPEOL SUL (Associação de Produtores Familiares de Peixes Ornamentais do Litoral Sul Capixaba), inscrita no CNPJ sob o nº 46.402.825/0001-33, atesto para fim de Reconhecimento da Associação como entidade de Utilidade Pública Municipal que a APROFAPEOL SUL ,apesar de no art. 5º,inciso II, de seu Estatuto Social, prever a possibilidade de contribuição mensal dos sócios , nenhuma cobrança de mensalidade foi estipulada ou cobrada até a presente data pela diretoria executiva da associação.

 3º tabelionato de notas de ITAPEMIRIM

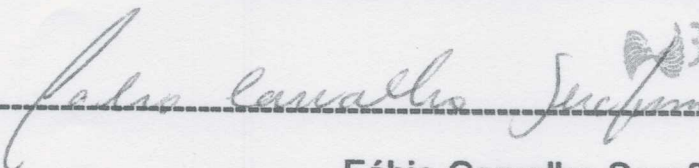
Rua Padre Otávio Moreira, nº 338 - Bairro Jardim Paraisópolis
Itapemirim - ES - Brasil - CEP: 29330-000
3tabelonaitapemirim@gmail.com - Tel.: (28) 3529-5484

Reconheço por semelhança a firma de **FABIO CARVALHO SERAFIM**. Em Testº da verdade. Itapemirim-ES, 27/09/2023, 16:32:12.

 MARIA CAROLINA LEAL DE FRANÇA - Escrevente Autorizada Selo Digital: 024091.QAN2305.01300 Emolumentos: R\$ 6,73 Encargos: R\$ 2,03 Total: R\$ 8,76
Consulte autenticidade em www.tles.jus.br



Marataízes 27 de setembro de 2023



Fábio Carvalho Serafim

(Presidente da APROFAPEOL SUL)

Rua Vicente Celestino, nº19, Bairro Santa Teresa, CEP29345-000, Marataízes – ES

Telefones: (28) 99881-0129 / (28) 99921-8232 / (28) 992573980



Autenticar documento em <https://marataizes.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 310033003300360031003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



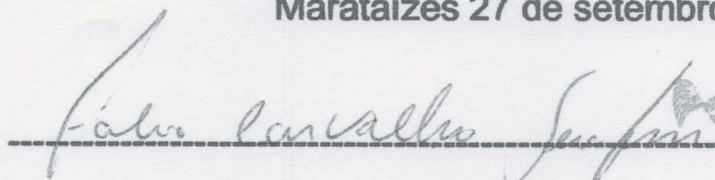
APROFAPEOL-SUL

(Associação de Produtores Familiares de Peixes Ornamentais do Litoral Sul Capixaba)
CNPJ - 46402825/0001-33

Eu, Fábio Carvalho Serafim, brasileiro, divorciado, residente na Rua Projetada ,s/nº, portador do CPF nº 092895817-51, na condição de presidente da APROFAPEOL SUL (Associação de Produtores Familiares de Peixes Ornamentais do Litoral Sul Capixaba), inscrita no CNPJ sob o nº 46.402.825/0001-33, atesto para fim de reconhecimento da associação como entidade de Utilidade Pública Municipal que a APROFAPEOL SUL , presta serviços relevantes a sociedade, promovendo o associativismo entre os produtores de peixes ornamentais além de palestras, seminários e treinamentos pertinentes a prática da piscicultura ornamental. Atesto também que para tanto os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da Associação, não recebem nenhum tipo de salário, remuneração ou honorário.



Marataízes 27 de setembro de 2023



Fábio Carvalho Serafim

(Presidente da APROFAPEOL SUL)

Rua Vicente Celestino, nº19, Bairro Santa Teresa, CEP 29345-000, Marataízes – ES
Telefones: (28) 99881-0129 / (28) 99921-8232 / (28) 992573980



Autenticar documento em <https://marataizes.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 310033003300360031003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 51. Este Estatuto somente poderá ser alterado por iniciativa da Diretoria ou 2/3(dois terço) dos Associados, cabendo tal decisão à Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim específico.

Art. 52. Os casos omissos neste Estatuto serão examinados pela Diretoria e encaminhados apreciação da Assembleia Geral, onde serão resolvidos.

Art. 53. O Regimento Interno será constituído com base neste Estatuto, por normas estabelecidas pela Diretoria, baixadas sob a forma de resolução.

Art. 54. A contabilidade da Associação será feita de acordo com as leis e normas vigentes e tanto ela como os demais registros obrigatórios deverão ser mantidos em ordem e em dia. Para tanto, a Associação deverá ter os livros e registros necessários ou exigidos por Lei.

Parágrafo único: O exercício financeiro da Associação terminará no dia 31 de dezembro de cada ano.

Art. 55. Para cada uma das principais atividades setoriais da Associação, será feito um regulamento de funcionamento que deverá ser aprovado em Assembleia Geral.

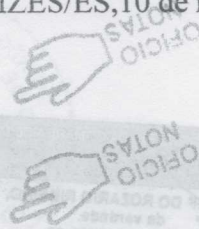
Art. 56. O presente Estatuto foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de constituição realizada nesta data, na qual também foram eleitos os membros da Diretoria e do Conselho fiscal.

Art. 57. Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral, ouvidas as Entidades ou órgãos competentes.

Art. 58. Este Estatuto entra em vigor imediatamente após a sua aprovação pela Assembleia Geral e após registro junto ao Cartório de Registros Públicos de Títulos e Documentos desta Comarca de Marataízes, revogando-se as disposições em contrário.

MARATAÍZES/ES, 10 de maio de 2021.

Handwritten signatures of the President and Secretary of the Association.



Handwritten signatures and stamps, including a stamp that reads 'Visto' and 'OAB/ES nº 21 992'.

